



Redes. Revista do Desenvolvimento Regional

ISSN: 1414-7106

ISSN: 1982-6745

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul

Brasil

Troian, Alessandra; Cruz Aguirre, Marcia Luiza; Vasconcelos de Oliveira, Sibele
Da "Campanha" para a Cidade: as feiras da agricultura familiar em Santana do Livramento (RS)

Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 28, 2023, Enero-Diciembre

Universidade de Santa Cruz do Sul

Santa Cruz do Sul, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v28i1.16991>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552078284005>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante

Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia



Da “Campanha” para a Cidade: as feiras da agricultura familiar em Santana do Livramento (RS)¹

Alessandra Troian

Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8207-6436>

Marcia Luiza Cruz Aguirre

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6329-6759>

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – RS – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0394-0984>

Resumo

A comercialização em feiras é uma importante estratégia de reprodução da agricultura familiar e promotora do desenvolvimento regional. Em Santana do Livramento (RS), a falta de apoio político contribui(u) para a consolidação dos canais curtos de comercialização. Nesse sentido, o estudo visa analisar a dinâmica da produção e comercialização dos feirantes de Santana do Livramento (RS). Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, realizada a partir de revisão bibliográfica, entrevistas e observação não participante. Os dados foram obtidos durante o segundo semestre de 2019 através de entrevistas semiestruturadas a dez feirantes e observações em quatro feiras do município. Como resultados, tem-se que as feiras analisadas podem ser divididas em dois grupos, a dos feirantes ligados à Associação Santanense de Produtores Hortigranjeiros (ASPH) e dos feirantes vinculados ao Movimento dos Sem Terra (MST). Cada feira possui data, local, bem como estratégia de organização e planejamento distintos para a comercialização. Apesar das precárias condições de infraestrutura, as feiras se mantêm pelas relações de confiança e a reciprocidade existente entre feirantes e consumidores. Por fim, nota-se a expressiva capacidade de resiliência dos agricultores familiares frente às adversidades socioeconômicas locais.

Palavras-chave: Cadeias agroalimentares curtas. Mercados de proximidade. Campanha Gaúcha.

From “Campanha” to the City: the family farmer fairs in Santana do Livramento (RS)

Abstract

The commercialization in fairs is an important strategy of family farming’s reproduction and regional development promoter. In Santana do Livramento (RS), the lack of political support contributes to the consolidation of short marketing channels. In this sense, the study aims to

¹ Resultado parcial da pesquisa foi apresentado no 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER, 2020. Foz do Iguaçu, de 26 a 28 de outubro de 2020.

analyze the dynamics of production and marketing of marketers in Santana do Livramento (RS). Methodologically, the research is characterized as qualitative, carried out from literature review, interviews, and non-participant observation. The data were obtained during the second half of 2019 through semi-structured interviews to ten marketers and observations in four fairs of the municipality. As results, it has that the fairs analyzed can be divided into two groups, the fairs linked to the Santanense Association of Horticultural Producers (ASPH) and the fairs linked to the Landless Movement (MST). Each fair has different dates, places, as well as different organization and planning strategies for the commercialization. Despite the precarious infrastructure conditions, the fairs are maintained by the relationships of trust and reciprocity between market traders and consumers. Finally, one can note the significant resilience of family farmers in the face of local socio-economic adversities.

Keywords: Short agri-food chain. Local markets. Campanha Gaúcha.

De la “Campanha” a la Ciudad: las ferias agrícolas familiares en Santana do Livramento (RS)

Resumen

La comercialización en ferias es una importante estrategia de reproducción de la agricultura familiar y de desarrollo regional. En Santana do Livramento (RS), la falta de apoyo político contribuye a la consolidación de los canales cortos de comercialización. En este sentido, el estudio tiene como objetivo analizar la dinámica de producción y comercialización de los comercializadores en Santana do Livramento (RS). Metodológicamente, la investigación se caracteriza por ser cualitativa, realizada a partir de la revisión bibliográfica, entrevistas y observación no participante. Los datos se obtuvieron durante el segundo semestre de 2019 mediante entrevistas semiestructuradas a diez comercializadores y observaciones en cuatro ferias del municipio. Como resultados, tiene que las ferias analizadas se pueden dividir en dos grupos, las ferias vinculadas a la Asociación Santanense de Productores Hortícolas (ASPH) y las ferias vinculadas al Movimiento Sin Tierra (MST). Cada feria tiene diferentes fechas, lugares, así como diferentes estrategias de organización y planificación de la comercialización. A pesar de las precarias condiciones de la infraestructura, las ferias se mantienen gracias a las relaciones de confianza y reciprocidad entre comerciantes y consumidores. Por último, cabe destacar la importante capacidad de resistencia de los agricultores familiares frente a las adversidades socioeconómicas locales.

Palabras clave: Cadenas agroalimentarias cortas. Mercados de proximidade. Campanha Gaúcha.

1 Introdução

A força motriz do desenvolvimento econômico do município de Santana do Livramento é pautada na exploração das atividades agropecuárias. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, foram identificados 2.962 estabelecimentos agropecuários, que ocupam área de 673.164 hectares. Neste contexto, 1.746 estabelecimentos santanenses (aproximadamente 58% do total) se enquadram na dinâmica da agricultura familiar, os quais exploram 56.494 hectares (SIDRA, 2019). Ainda que os estabelecimentos familiares sejam mais numerosos, o município é reconhecido regionalmente pela pecuária extensiva e pelas grandes extensões fundiárias (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Os desafios à reprodução socioeconômica da agricultura familiar na região da Campanha Gaúcha são muitos, a citar a precária infraestrutura e a frágil teia de

incentivos locais. Contudo, o contingente de dificuldades em geração de renda é minimizado pelo esforço coletivo em escoamento da produção em canais curtos de comercialização. Como no restante do Brasil, na mesma lógica das formas tradicionais de troca características da agricultura familiar, os produtores de Santana do Livramento se articulam em feiras no centro da cidade para escoar sua produção. Ao ingressar nos mercados locais, os produtores familiares fortalecem o tecido social e produtivo do desenvolvimento regional.

A conexão existente entre quem produz e quem compra possibilita a confiabilidade no produto, tornando-se um diferencial para comercialização da agricultura familiar e promovendo a preservação da cultura regional (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). No entanto, por causa da concorrência com redes de supermercados e da fragilidade das políticas públicas que fomentam o desenvolvimento, as feiras em Santana do Livramento são suscetíveis a vulnerabilidades de diferentes naturezas, que ameaçam seu desempenho e capacidade de abastecimento alimentar. Neste sentido, a presente pesquisa visa analisar a dinâmica da produção e comercialização dos feirantes de Santana do Livramento (RS). A relevância do estudo está em compreender os desafios que a agricultura familiar vivencia no município em relação ao acesso a mercados, bem como contribuir academicamente para a criação e o fortalecimento de políticas públicas municipais.

2 Mercados e cadeias curtas na agricultura familiar

Os agricultores familiares são caracterizados por pertencerem a uma estrutura social singular, em que a unidade familiar participa da produção tanto para a subsistência quanto para compra, venda, trocas e acumulação em um espaço pequeno de terra (SCHNEIDER, 2016). De acordo com a Lei nº 11.326, sancionada em 24 de julho de 2006, agricultores familiares são reconhecidos como todos os atores que ocupam área rural de até quatro módulos fiscais², em que parte da renda familiar seja oriunda de atividades econômicas exercidas no respectivo estabelecimento rural e que a direção e a mão de obra utilizada sejam predominantemente familiar (BRASIL, 2006). Integram a agricultura familiar os grupos de “assentados da reforma agrária, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, piscicultores, silvicultores, entre outros” (BRASIL, 2019).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo agropecuário de 2017, dos cinco milhões de estabelecimentos rurais identificados no Brasil, 3,9 milhões pertencem à agricultura familiar, correspondendo a 77% do total. Em contrapartida, os estabelecimentos ocupam somente 80,9 milhões de hectares do total de 351 milhões de hectares ocupados pelos estabelecimentos agropecuários em todo território nacional. Quanto aos produtores rurais, 67% dos produtores brasileiros são agricultores familiares (10,1 milhões de pessoas).

² A medida em hectares é variável entre os municípios brasileiros. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Santana do Livramento, quatro módulos fiscais correspondem a 112 hectares.

A produção da agricultura familiar possui caráter heterogêneo, sendo possível observar desde sistemas agrícolas de subsistência até sistemas produtivos especializados. É comum a combinação de diferentes atividades agrícolas, que incluem a produção de alimentos característicos do autoconsumo, inseridos em circuitos comerciais formais pela intermediação de outros agentes, entre outros (WILKINSON, 2008). Além do autoconsumo, os resultados produzidos pela agricultura familiar podem ser comercializados de forma direta – com o auxílio de intermediários, atravessadores, agroindústrias de integração –, bem como destinados aos mercados institucionais e/ou mercados *fair trade* (SCHNEIDER, 2016).

De forma geral, a conexão entre mercados e a agricultura familiar dá-se via: i) mercados locais, pautados em relações de proximidade e reciprocidade entre produtores e consumidores; ii) com atuação ativa da figura do atravessador, que vem sendo substituída gradualmente pelos supermercados; iii) intermediada por agroindústrias, que exigem dos agricultores altos níveis em termos de qualidade e quantidade de produto; e iv) intermediada por instituições, que compram produtos da agricultura familiar por meio de processos de licitação. Nesta perspectiva, os supermercados, agroindústrias, Organizações Não-Governamentais, poder público e associações de consumidores são estrategicamente os principais intermediários da agricultura familiar (WILKINSON, 2008).

A agricultura familiar se insere também em novos mercados, que são caracterizados por dinâmicas alternativas e que envolvem mercados de nichos e de proximidade com produtos de maior valor agregado ou que demandem tanto por produtos tradicionais quanto artesanais relacionados ao comércio ético e sustentável (WILKINSON; MIOR, 1999; SCHNEIDER, 2016; CASSOL; SCHNEIDER, 2017). Schneider (2016) define que as relações estabelecidas entre os mercados e a agricultura familiar baseiam-se no princípio da oferta, nas formas de escoamento da produção e nas interações dos mercados da agricultura familiar com outros mercados. Tais dinâmicas ocorrem de forma direta, por meio de compra de insumos para a produção, contratação de mão de obra ou assistência técnica; assim como de forma indireta, através da mediação de atores externos, como bancos, entidades de classe, entre outros (SCHNEIDER, 2016; OLIVEIRA et al., 2020).

No que concerne às relações de oferta, assim como nas formas de inserção em tipos de mercado, as interações mercantis costumam ser de acordo com o espaço geográfico em que as relações acontecem. As trocas e mercantilização dos produtos da agricultura familiar, em geral, baseiam-se nos princípios da reciprocidade, em que relações sociais fazem parte do processo de intercâmbio material (CASSOL; SCHNEIDER, 2017; SANSSANOVIEZ et al., 2019). Para Sabourin (2014), as relações de venda se incorporam ao processo de troca, em que se estabelece o princípio da reciprocidade a partir das interações sociais. Diferente das trocas características do modelo capitalista, a reciprocidade agrega convicções que valorizam atributos humanos, como valores éticos, morais e afetivos e territoriais inerentes aos locais onde as trocas ocorrem.

A reciprocidade figura como uma categoria econômica específica nas relações de troca, que gera categorias *sui generis* de mercado (SABOURIN, 2014). Neste contexto, incluem-se os mercados diretos da agricultura familiar, onde o agricultor familiar estabelece contato linear com o consumidor, como a comercialização nas feiras. As cadeias de produção curtas “reconfiguram o papel do lugar e das relações

de proximidade” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 60). Ou seja, as cadeias curtas colocam produtores defronte com consumidores ao diminuir a influência de agentes mediadores, com isso estimulam o valor agregado no território ao passo que fortalecem a produção dos alimentos (SILVA et al., 2017).

Segundo Gazolla (2017), as cadeias curtas representam 50,9% das vendas para consumidores. Normalmente, os consumidores acessam os produtos em feiras, ruas, em contato direto com agroindústrias ou em entregas domiciliares. Nas cadeias curtas, a agricultura familiar ganha autonomia nos processos mercantis devido ao encurtamento da cadeia e diminuição da participação de atravessadores (OLIVEIRA et al., 2020). Além de dar autonomia, o desenvolvimento das cadeias curtas embasa as relações sociais ligadas a um passado rural (VERANO; MEDINA, 2019), já que a interação entre agricultor e consumidor permite que valores sociais também circulem no território. Ou seja, quanto menor a cadeia, maior é a relação de proximidade e confiança existente (POZZEBON et al., 2017; SANSSANOVIEZ et al., 2019).

No entanto, de acordo com Wilkinson e Mior (1999), há o predomínio da informalidade nas cadeias curtas, pois os processos de produção encontram entraves em decorrência das normas fiscais e sanitárias estabelecidas pelo Estado. Gazolla (2017) argumenta que por muitas vezes os agricultores não desejam se formalizar em virtude dos custos. Ademais, as relações sociais de proximidade com os consumidores - baseadas na confiança - fazem com que os agricultores tenham mecanismos próprios para escoar a produção familiar. Acordos tácitos entre os atores envolvidos (produtor, consumidor e a fiscalização do Estado) permitem a perpetuação dessas relações e próprio do mercado direto informal (MARSDEN; et al, 2000; GAZOLLA, 2017).

A produção de alimentos com maior valor agregado e a regulamentação são, ao mesmo tempo, privilégios e desafios aos agricultores familiares, pois implicam em mudanças significativas na estrutura produtiva da categoria (WILKINSON, 2008). Sobre tudo, o reconhecimento às cadeias curtas de comercialização por parte de instituições, seguido por readequações em políticas públicas, minimizariam as vulnerabilidades das quais os agricultores familiares enfrentam para se inserir nos mercados (NIEDERLE, 2017).

Os diferentes tipos de mercados curtos – como feiras e os mercados institucionais possibilitam a diversificação das relações dos produtores com os consumidores. Para Troian et al. (2021), a comercialização de alimentos em feiras é uma importante estratégia de reprodução da agricultura familiar, sobretudo, nos territórios com elevados índices de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica, como é o caso de Santana do Livramento. Estes são temas a serem explorados a seguir, na análise dos dados coletados juntos aos agricultores familiares feirantes.

3 Metodologia

O estudo possui abordagem qualitativa, as técnicas de coleta de dados utilizadas foram: revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação não participante. A revisão bibliográfica foi realizada a partir do resgate da literatura especializada acerca das estratégias de reprodução social da agricultura familiar e a comercialização em cadeias curtas.

As entrevistas foram realizadas mediante o uso de roteiro elaborado previamente a dez agricultores (as) feirantes de Santana do Livramento qualificados em função de tempo na feira, a propriedade rural e vínculo com movimentos sociais, a saber: quatro da Feira da Rua 13 de Maio (sendo uma delas feirante no Terminal da Tamandaré); cinco da Feira da Praça General Osório; e um da Feira da Rua Hugolino Andrade. As variáveis exploradas durante as entrevistas buscaram descrever o perfil dos feirantes, as características de seus estabelecimentos rurais, as experiências de atuação nas cadeias curtas e as dinâmicas produtivas e de comercialização implementadas.

Quadro 01 - Agricultores familiares feirantes entrevistados

Entrevistados	Feira	Tempo de feira	Dinâmica dos trabalhos	Perfil da renda	Tamanho do estabelecimento	Localização	Distância da cidade
01	Treze de Maio	1,5 anos	Em parceria outras mulheres assentadas	Renda familiar advinda da feira e complementada pela venda de cosméticos	25 ha	Assentamento Cerro dos Munhoz	20km
02	Hugolino Andrade	24 anos	Produção exclusivamente própria	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	8 ha	Localidade Passo do Guedes	17km
03	Treze de Maio e Terminal da Tamandaré	1,5 anos	Experiências adquiridas quando atuava como extensionista rural	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	25ha	Assentamento Cerro dos Munhoz	20km
04	Treze de Maio	2 anos	Em parceria com o filho, que é assentado em São Gabriel/RS	Renda familiar advinda da feira e complementada por outras fontes	25ha	Assentamento Cerro dos Munhoz	20km
05		29 anos	Articuladora da feira no espaço cedido pelo MS	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	25ha	Assentamento Cerro dos Munhoz	20km
06		6 anos	Articuladora das feiras nas ruas General Osório e Hugolino Andrade	Renda familiar advinda da feira e complementada pela loja de produtos da agricultura familiar	0ha*	**	40km
07	Praça General Osório e Hugolino Andrade	12 anos	Produção exclusivamente própria	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	8ha	Localidade Passo do Guedes	17km
08		26 anos	Produção exclusivamente própria	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	**	Localidade Vigia	10 km
09		5 anos	Em parceria com a mãe, que é feirante há 15 anos	Renda familiar advinda da feira e complementada por outras fontes	80ha	Localidade Passo do Guedes	17km
10		23 anos	Produção exclusivamente própria	Renda familiar advinda majoritariamente da feira	8ha	**	17km

* Reside na zona urbana, mas comercializa produtos da família que reside numa propriedade acerca de do perímetro urbano. ** Não informado.

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2019).

Os agricultores entrevistados foram escolhidos de forma aleatória, tomando como base a representatividade e a disponibilidade. As entrevistas ocorreram nas feiras, durante a comercialização dos produtos, algumas foram agendadas previamente, outras foram acontecendo após a visita e a apresentação da pesquisa. Elas foram gravadas e posteriormente transcritas, para a definição do número de entrevistados, seguiu-se Minayo (1994), considerando-se o número suficiente para a reincidência das informações (vide Quadro 01).

A observação não participante foi realizada nas feiras atentando para a relação de compra e venda nas cadeias curtas identificadas, a infraestrutura, as relações estabelecidas entre os feirantes e consumidores. As observações foram empregadas para complementar as informações obtidas no decorrer das entrevistas realizadas. Tanto a etapa das entrevistas quanto da observação ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2019.

Os dados obtidos através das entrevistas foram analisados mediante o conteúdo das falas dos feirantes, a partir de uma aproximação de Bardin (2011). Os discursos, como forma de preservar a identidade dos participantes da pesquisa, foram apresentados considerando a ordem de realização das entrevistas seguidos da feira em que o entrevistado participa.

4 Comercialização da agricultura familiar em Santana do Livramento (RS)

O município de Santana do Livramento faz parte da Campanha Gaúcha, na fronteira do Brasil com o Uruguai. Localizado no Bioma Pampa³, possui população estimada de 75.647 habitantes e área de 6.946,407 km². É o segundo maior município do estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial (IBGE, 2023).

Em termos macroeconômicos, em 2020 o produto interno bruto (PIB) do município foi de R\$ 2,3 bilhões de reais, enquanto o PIB per capita foi de R\$ 30.208,59 – valor inferior à média estadual do mesmo ano, que foi de R\$ 41.227,61. Embora o setor de serviços seja predominante quanto à participação do valor adicionado bruto (VAB) municipal, representando 45,5%, o VAB da agropecuária teve participação de 13,6% em 2020. (DEE, 2023).

A economia do município se baseia no comércio, nas atividades pecuárias (bovina e ovina) e agrícolas, em especial, nas culturas do arroz e da soja. Mais recentemente, vem ampliando a produção frutífera, com destaque para a olivicultura e a vitivinicultura (FEE, 2018; SEBRAE, 2019). A agricultura familiar sempre se fez presente embora tenha se desenvolvido às margens do agronegócio, uma vez que o município é reconhecido pelas grandes propriedades rurais e pela produção pecuária (TROIAN; BREITENBACH, 2018). Mesmo que a pecuária e o agronegócio sejam representativos no município, também existem famílias que se classificam como agricultores familiares.

³ No Brasil, o Bioma Pampa ocupa 2,1% do território geográfico nacional, sendo o único bioma que se situa em apenas um estado. Localiza-se na metade meridional do estado do Rio Grande do Sul, o Pampa Gaúcho, abrange cerca de 63% de seu território. Compondo um vasto espaço geográfico, que forma um complexo sistema de plantas rasteiras e gramíneas, além de espécies arbustivas (IBF, 2020).

No contexto santanense, às famílias de agricultores familiares vivenciam dificuldades no que diz respeito à comercialização e ao acesso a políticas públicas municipais. Neste sentido, a pesquisa identificou quatro pontos de comercialização direta em Santana do Livramento⁴, nos quatro pontos analisados, dezenove agricultores comercializam diretamente aos consumidores (vide Quadro 02).

Em suma, os agricultores produzem e comercializam os mesmos alimentos, que são hortigranjeiros, conforme a estação e de acordo com a sazonalidade (tal como: laranjas, bergamotas e feijão-miúdo no outono; morangos no final do inverno e início da primavera; figos no verão; entre outros), ovos e mel. Ainda, são ofertadas nas feiras pães, doces (compotas e rapaduras) e laticínios (iogurte, manteiga, nata, queijos, dentre outros).

Quadro 02 – Especificação das Feiras de Agricultura Familiar em Santana do Livramento (RS)

Especificidade da feira	Feira da rua Treze de Maio	Feira da rua General Osório	Feira da rua Hugolino Andrade	Feira do Terminal da Tamandaré
Dia de realização	Quartas-feiras	Terças e sextas-feiras	Sábados	Sextas-feiras
Participantes	Oito agricultoras, que se intercalam em duplas	Oito agricultores, alguns com agroindústria	Duas famílias	Uma feirante que representa outras famílias que comercializam também na feira da rua 13 de Maio
Proveniência dos produtores	Agricultores da Reforma Agrária do Assentamento Cerro dos Munhoz, distante a 20km do perímetro urbano (via em chão)	Agricultores familiares da Linha Passo do Guedes/Vigia, distância de 15 a 20km do perímetro urbano (via asfalto)	Agricultores familiares da Linha Passo do Guedes/Vigia, distante a 15-20km, do perímetro urbano (via asfalto)	Agricultora da Reforma Agrária do Assentamento Cerro dos Munhoz, distante 20Km do perímetro urbano (via em chão)
Natureza e histórico	A feira é uma cooperação entre o grupo de feirantes	Organizada pela ASPH e pela Emater	Organizada pela ASPH e pela Emater. Espaço adquirido por meio de política pública municipal	Representada só por uma banca, a feira existe desde o início de 2018
Localização estratégica	Perto de um supermercado de grande porte	Espaço com ampla circulação de consumidos	Espaço mal localizado, pois tem baixo fluxo de circulação de pessoas	Localiza-se na esquina de uma fruteira de grande porte
Meios de pagamento	Não aceita cartão de crédito	Não aceita cartão de crédito	Aceita cartão de crédito	Não aceita cartão de crédito
Organização administrativa	Lucro e custos são divididos entre os produtores	Não existe cooperação nas vendas entre os feirantes, cada um vende o seu produto – são concorrentes	Não existe cooperação nas vendas entre os feirantes, cada um vende o seu produto – são concorrentes	Quando leva produtos das feirantes da 13 de Maio, o lucro é dividido conforme as vendas
Expectativas dos produtores	Estão esperando verba municipal para a abertura de uma agroindústria	A feira recebe assistência técnica da Emater. Contudo, há maior conformismo em relação às precárias condições do espaço	Maior conformismo em relação às precárias condições do espaço	Espaço precário: sem acesso a água, banheiro e com pouca sombra. Não recebe assistência técnica
Promoções	Coletividade	Individualidade	Individualidade	Coletividade

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo (2019).

⁴ A nomenclatura associada à cada feira é própria e está atrelada ao local/rua onde ocorre a comercialização.

A comercialização na Praça General Osório data de início no final da década de 1990, com alguns produtores de frutas e hortigranjeiros fundando a Associação Santanense de Produtores Hortigranjeiros (ASPH). Os produtores estão formalmente organizados via associação há aproximadamente dois anos e decidiram comercializar num terreno público cedido pela Prefeitura Municipal, na Rua Hugolino Andrade (ao lado de uma loja de materiais de construção).

Já as feiras da Rua 13 de Maio e do Terminal Rodoviário da Tamandaré têm origem nos movimentos sociais, mais especificamente, nos assentados rurais do município. Embora seja possível e de interesse do Movimento dos Sem Terra que qualquer assentado comercialize na feira, há o predomínio de produtores do assentamento Cerro dos Munhoz. A feira que ocorre na Rua Tamandaré existe há aproximadamente um ano e meio. Ela é realizada por duas famílias de assentados, uma com histórico de mais de 20 anos vendendo diretamente ao consumidor, em diferentes pontos da cidade, e a outra família que atua há um ano e meio.

Apesar das feiras funcionarem com um coletivo de agricultores, a decisão sobre o valor dos produtos e a compra dos insumos nem sempre é discutida entre os feirantes. No decorrer das entrevistas, foi possível perceber que existem formas de organização distintas entre os espaços de comercialização em cadeias curtas no município. Os agricultores que comercializam na feira da Rua 13 de Maio, em relação às demais feiras, tendem a dialogar e combinar, dentro do possível, a produção e o estabelecimento dos valores a serem cobrados.

Quando a gente fez a reunião, a gente decidiu assim “o que que tu têm?” Por exemplo, ah eu tenho queijo, eu tenho mel, eu tenho ah couve, então tu fica com esses produtos. “A Entrevistada 04 o que que tem?”, ah eu tenho arroz, arroz orgânico que é meu filho que produz lá em São Gabriel, eu digo eu posso trazer esse arroz orgânico, então tem arroz orgânico, tem feijão que meu marido, que nós produzimos lá que é orgânico então leva feijão, arroz e umas broinha de milho que eu gosto de fazer, eu levo isso, é pouca coisa, mas eu levo porque na verdade cada uma delas já tem assim, o que que vai trazer [...] cada uma coloca seu preço e a gente vende conforme saí (Entrevistada 04, Feira da Rua 13 de Maio).

Como a feira da Rua 13 de Maio é semanal, ocorrendo todas as quartas-feiras, duas feirantes são responsáveis pela comercialização de todo o grupo (composto por oito agricultoras do assentamento Cerro dos Munhoz). A dinâmica de estabelecimento e tomada de preços se dá respeitando o valor repassado pelos produtores.

A gente vende o produto de acordo com o valor que a pessoa mandou, por exemplo, se tem dúzia de ovos, uma mandou a cinco e outra mandou a dez, a gente vai vender um a cinco e outro a dez. O queijo também cada uma colocou o seu preço aí de cada uma a gente tá tirando sete reais para gasolina (Entrevistada 04, Feira da Rua 13 de Maio).

Quando questionados sobre o estabelecimento dos preços dos produtos comercializados nas feiras, os entrevistados das feiras realizadas na Rua Hugolino Andrade e na Praça General Osório não responderam. Eles vendem somente o que produzem, ou seja, não fazem parcerias de caráter cooperativo com outros feirantes, assim, acreditam não necessitar combinar valores. Já os entrevistados da Feira da Rua

13 de Maio e do Terminal Rodoviário da Tamandaré mencionam não haver controle rigoroso sobre preços, mas que o cálculo é feito a partir dos custos e dos preços de mercado.

[...] não temos no papel, mas a gente discutiu um valor pro frete. Um valor pro frete cada uma da sete reais, a gente já desconta e também temos uma parceria aqui com o movimento, a gente dá dez por cento pro pessoal daqui da casa, por cede o ponto e pra ajuda eles também, pra lá e pra cá, e a feira aqui só foi possível no terreno deles, então a gente dá dez por cento pra eles e sete reais pra cada um do frete. É, creio eu assim, não posso afirmar, mas acho que elas já pesquisaram, quanto que custa no mercado, então eu acredito que elas façam um cálculo assim, pelo menos a dona Ana lá faz: “ah, eu gasto tanto de açúcar, tanto, tanto, tanto, então eu gastei tanto assim, por cima. Nada no papel realmente” (Entrevistada 01, Feira da Rua 13 de Maio).

De acordo com Fonseca (2018), é costumeiro o produtor associar as finanças pessoais às contas da produção, pois na agricultura familiar não existe separação entre negócio e família. Com isso, os custos logísticos são determinados empiricamente, bem como os preços dos produtos vendidos são determinados pela observação de produtos similares em redes convencionais de mercantilização. Com relação à existência de reuniões para combinar a dinâmica das atividades da feira, ficou evidente que os encontros aconteceram para o planejamento das feiras, contudo, após elas iniciarem, estes encontros ficaram cada vez mais raros.

Muito pouco, muito pouco. Eu já faz ano, então eu já sei o que que é pra fazer e converso assim ó: “O que tu vai leva? O que tu tem pra leva?”. É assim, o que tu tem tu traz, nós conversamos no início, agora a gente não conversa muito, mas porque, porque a gente tá muito envolvido no trabalho, muito trabalho. Tem que cuida da casa, em que olha a horta, tem que olha os netos, tem que observa os filhos, e um monte de coisa (Entrevistada 05, Feira da Rua 13 de Maio).

Conforme Niederle e Wesz Jr. (2009, p. 81), as atividades laborais de plantar, colher, entre outros, são prioridades para os agricultores, os quais - na maioria das vezes - entendem as atividades estratégicas de capacitação e planejamento como perda de tempo, pois geralmente requerem “um nível de estabilidade econômica que não se encontra na agricultura familiar ou camponesa”. Cabe mencionar que alguns feirantes de Santana do Livramento realizam encontros para tratar de outros temas, como do assentamento, do MST, do processo de criação de agroindústrias, entre outros, mas especificamente para tratar de assuntos ligados à feira, não.

É possível perceber que algumas reuniões aconteceram no início da mobilização do processo de implementação das feiras, embora atualmente não têm ocorrido. Conforme relatam duas entrevistadas.

Na verdade depois que a gente planejou a gente só fez, a gente planejou e daí fez, porque a gente tem um outro grupo que é o da agroindústria, que são as mesmas famílias só que tem um mais, aí a gente faz tudo de lei só (Entrevistada 04, Feira da Rua 13 de Maio).

A gente tenta fazer, conforme dá a gente faz assim, que a gente tem bastante coisa e agora mais com a agroindústria a gente se reúne bastante,

mas não é o grupo da feira em si [...] tipo, a gente faz a reunião da agroindústria, daí discute as coisas que tem que fazer aí, aí, a gente tem que discutir um pouco da feira, quem vai ou alguma coisa tipo a mesa, aí achei a outra mesa, e aí a gente vai organiza, aí a gente divide, e aí a gente tira um cantinho ali, a gente discute sim (Entrevistada 01, Feira da Rua 13 de Maio).

Já nas feiras realizadas via associação, percebe-se que além de não ocorrerem reuniões para planejamento da atividade, não tem havido comprometimento nem cuidado com o espaço. Os feirantes, de maneira geral, têm tido dificuldades em se organizar para tomar decisões coletivas, bem como limpar o local das feiras, faltando a relação de cooperação e pertencimento necessários ao desenvolvimento do empreendimento coletivo.

Eu fui na feira e a feira estava suja, depois daquele temporal e tudo um pasto alto, jardim feio, eu digo realmente isso vai te desmotivando, quando tu vê que os colegas não dão a mesma importância para aquilo ali, vem e que vende mas não ajuda a cuidar. Então a autogestão ela tem que, tem que se mais trabalhada pra vê se o pessoal abraça junto, todas as decisões eu deixo que eles tomem as decisões (Entrevistada 06, Feiras Hugolino Andrade e Praça General Osório).

Tendo em vista o exposto, as feiras podem ser classificadas em dois grupos: feirantes ligados ao MST e feirantes vinculados à ASPH. No entanto, em ambos os grupos se têm dificuldades na operacionalização de decisões coletivas. Tais características são mais evidentes entre os feirantes da Praça General Osório e da Rua Hugolino Andrade. Por sua vez, os feirantes vinculados ao MST não costumam realizar reuniões específicas para definir a produção e/ou os preços dos produtos ofertados na feira, embora apresentem maior cumplicidade e sentimento de pertencimento, identificando-se como um grupo político-social.

Apesar de estarem localizadas em pontos de grande circulação de pessoas no centro de Santana do Livramento, as feiras funcionam em espaços com precárias condições de infraestrutura, próximas a supermercados e fruteiras. Ainda assim, os feirantes possuem clientela fixa, havendo relações de confiança e reciprocidade. Por estas razões, infere-se que existe alta capacidade de resiliência dos feirantes frente às adversidades estruturais e econômicas que lhes são apresentadas. Da mesma forma, pela manifestação de sentimentos positivos em relação ao contato direto com os consumidores, os agricultores sentem-se realizados por contribuir para a segurança alimentar no município.

Realização pessoal e comercialização em feiras em Santana do Livramento (RS)

Os entrevistados foram questionados quanto à importância da renda obtida com a comercialização nas feiras para a promoção da qualidade de vida de suas famílias. Para sete dos dez entrevistados, a renda obtida via comercialização na feira alterou o bem-estar de suas famílias, ao proporcionar mais conforto e liberdade financeira, sobretudo para as mulheres. Ainda, muitas vezes é a renda obtida na feira que permite aos filhos dos agricultores acessarem serviços em educação.

Eu criei todos meus filhos na feira, e eu digo pra eles, claro eles sempre me ajudaram, o marido ajudou, veio junto até o ano passado, agora ele não

qué muito vim. Mas eu gosto e faço questão de vim, porque é quando tu vai vende na cidade, onde é que tu vai consumi o teu alimento, é a cidade que consome, lá todo mundo tem quase as mesmas coisa, e aqui não, então eu gosto muito de um dinheiro que é diferente do dinheiro do marido, eu criei as minhas criança estudando, na faculdade [...] (Entrevistada 05, Feira da Rua 13 de Maio).

Para os dez entrevistados, a feira além de proporcionar melhores condições de vida (possibilitando renda para adquirir carro, melhorar a casa, entre outros “confortos”) é vantajosa pela relação com os consumidores e, sobretudo, por eliminar atravessadores. Dessa forma, é possível com que o agricultor desenvolva maior margem de lucro.

Olha, mudou bastante. Mudou muito, assim, te digo, em tudo. E tu vê que a gente, mesmo em relação a casa, carro, a gente não tinha! A vida da gente se tornou bem melhor do que era, entendeu? Por causa da feira, porque a feira... a gente, tudo que traz aqui, vende por um preço bom e é direto, não tem atravessadores. Então pra mim essa feira aqui...bah... uma benção. [...] (Entrevistada 07, Feira Praça General Osório).

Resultados semelhantes foram apontados por Chuquillanque et al. (2018) com relação a renda obtida pelos agricultores familiares e a eliminação da intermediação nos processos de comercialização. Os autores estudaram a situação produtiva e socioeconômica de 14 feirantes de São Lourenço do Sul (RS) e, como resultados, concluíram que os feirantes assinalaram a eliminação do atravessador como principal vantagem da comercialização em feiras.

No entanto, no decorrer da presente pesquisa, deparou-se com entrevistado que mencionou que a renda obtida nas feiras não mudou a vida da família e/ou não é relevante para a promoção de bem-estar familiar. Embora comercializando na feira, uma entrevistada menciona que segue precisando trabalhar como diarista, porque o volume de produção comercializado é pequeno.

Não, não mudou muita coisa, não. Olha, até pode melhorar, mas não é grande coisa, mesmo. Eu mesma trabalho fora, também. Quando eu não tô aqui na feira, eu tô nas minhas ‘faxina, fazendo uma coisa, fazendo outra. Quando eu não tô nas ‘faxina’, tô na chácara, ajudando ele (marido) (Entrevistada 08, Feira Praça General Osório).

Cabe mencionar que os produtores que têm acesso a estradas em condições trafegáveis e estabelecimento mais próximos ao perímetro urbano estão produzindo e comercializando em maior quantidade, de tal forma que este espaço confere à família renda representativa e importante para sua reprodução socioeconômica. Já aqueles que moram distantes do perímetro urbano e/ou têm pequenas propriedades, a renda da feira não tem conseguido sustentar a família. Destaca-se que as estradas rurais do município, de maneira geral, encontram-se em péssimo estado de conservação, fator que impede a passagem do ônibus escolar nos dias chuvosos e os agricultores a escoar a produção (FERRON, 2019).

Com relação ao sentimento de realização pela atividade desenvolvida na feira, os depoimentos foram diversos. A maioria dos entrevistados, rápida e felizmente respondeu que a venda nas feiras os deixam realizados. “Sim! Ah, porque aí eu tenho

o meu trabalho aqui na feira, eu tenho o meu dinheirinho, posso comprar minhas coisinhas, ajudo em casa” (Entrevistada 10, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade). No entanto, também se deparou com situações em que os agricultores reclamam do descaso e da falta de condições e de reconhecimento, o que os torna insatisfeitos e desanimados.

Quem tá comprando de nós são pessoas que nos valorizam, que valorizam o nosso trabalho, que nos procuram. Eu na verdade, se eu me sinto realizada? É meio difícil de dizê porque eu ainda to em processo, to recém começando, mas sempre vendi meus produtos através de cooperativas com a mãe e com a Vani mas eu, valorizada, valorizada a gente não se sente (Entrevistada 03, Feiras 13 de Maio e Terminal da Tamandaré).

A desmotivação da entrevistada pela falta de reconhecimento por parte dos consumidores locais é somada à ausência de apoio dos governantes e de parceria entre os próprios feirantes, como pode ser observado no discurso a seguir:

[...] mas as vezes desanima, assim eu me sinto bem desmotivada assim, porque poderia se feito tanta coisa a mais e o pessoal não valoriza, eu vou pra rádio, eu vou, falo, do a cara a tapa e peço pros outros irem e os outros não vão, eu já to implorando para as pessoas irem pra feira e isso é complicado, a gente já ta implorando pra que as coisas. Enquanto em qualquer cidade que você fala que tem o produto caseiro, você vai nas feiras das agriculturas familiares dentro das exposições tudo que tem, é tanta gente produzindo, é tanta gente, tanta mulher envolvida, tantos homens envolvidos (Entrevistada 06, Feira Praça General Osório e Hugolino Andrade).

A precária atuação do poder público municipal, identificada na pesquisa, também foi constatada por Verano e Medina (2019) em outras localidades. Na pesquisa realizada em 201 municípios goianos, os autores verificaram que as feiras necessitam apoio do poder público. Ou seja, assim como em Santana do Livramento, nos municípios goianos as feiras acontecem independente de estímulos das políticas públicas e resultam da necessidade e comprometimento dos agentes envolvidos.

Ainda que a realização pessoal dos feirantes em relação às feiras tenha se dado em níveis distintos, em Santana do Livramento destaca-se como aspecto positivo a venda direta aos consumidores. “Tu pode vender o teu produto direto pro consumidor, pelo preço diferenciado” (Entrevistada 09, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade). Ou seja, como a venda nas feiras elimina os atravessadores, o preço recebido pelos produtos tende ser mais elevado (SCHNEIDER, 2016).

Também, a maioria dos feirantes se sente feliz e realizado ao participar deste canal de trocas, já que a renda obtida através comercialização nas feiras melhorou as condições de vida da família, ao possibilitar a aquisição de automóveis, custear os estudos dos filhos, entre outros. Porém, há entrevistados insatisfeitos, sentindo-se decepcionados com o descaso e a falta de envolvimento dos produtores, com a desvalorização do poder público e até dos consumidores. Assim sendo, promove-se a reflexão sobre os entraves na comercialização em feiras no município de Santana do Livramento, temas abordados na seção seguinte.

Entraves na comercialização em feiras em Santana do Livramento (RS)

O levantamento de dados primários permitiu conhecer um dos principais entraves na comercialização nas feiras em Santana do Livramento, a saber, a falta de hábito e/ou cultura local em comprar e consumir produtos diretamente dos agricultores familiares. Os baixos índices de desenvolvimento do município estão correlacionados com a incapacidade dos agentes sociais e econômicos em gerar sinergias políticas, produtivas e comerciais, de modo a integrar setores e promover melhor qualidade de vida à população. Assim, o alcance da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do município é reprimido frente a esta realidade (MACIEL, 2022).

Dentro da Hugolino a gente tem alguns, mas são muito poucos, tem dias que a gente vai assim e você não vê dez clientes, é muito pouco aí os guris colhem as verduras e aquelas verdura voltam pro lixo, você vai, você cansa, você vende cem reais, e você cansou, você saiu, muitas vezes o pessoal anda quilômetros pra pode vim. [...] você gasta pra vir ali e você não tem retorno e isso tem acontecido bastante, as pessoas vem não vende e aí as pessoas dizem a feira não acontece em Livramento, Livramento nada disso tem, mas a gente vem a dois anos direto, fora os outros dez anos antes que o pessoal tem nos outros pontos, na praça General Osório (Entrevistada 06, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

Na fala da entrevistada fica evidente, além da baixa procura por parte dos consumidores, o difícil acesso às capacidades básicas. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores que vivem distante do perímetro urbano – a incluir a distância a ser percorrida, dependência dos horários de ônibus ofertados pelo transporte público -, além da perecibilidade dos produtos agrícolas - faz com que cada vez tenha menos produtores comercializando nas feiras.

Além disso, a falta de hábito em frequentar feiras e as facilidades encontradas nos mercados formais, como a venda a prazo sem a necessidade do dinheiro físico, com vendas com cartão de débito e crédito, acabam se tornando um entrave para os agricultores que comercializam em feiras. “É, o hábito de frequentar mais a feira (risos). É só a questão do público mesmo, pessoal não tem o hábito muito de ir na feira; talvez devido os mercados. Acredito que tem os cartão e tenda a não” (Entrevistada 07, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

A falta de espaço adequado tanto para a integração entre feirantes e consumidores também foi identificado como entrave na comercialização em cadeias curtas no município. As feiras existentes em Santana do Livramento não dispõem de infraestrutura para a exposição dos produtos, bem como não apresentam as condições mínimas para os feirantes nem para os consumidores, como água encanada, energia elétrica, banheiros, entre outros. Também foi destacado pelos entrevistados que as feiras precisam se localizar mais próximas aos consumidores:

[...] primeiramente a gente precisa de um espaço adequado, a gente está a mais de dois anos tentando uma ementa parlamentar que a gente conseguiu de duzentos e cinquenta mil reais e que deve estar trancado ou no planejamento ou na caixa de novo, se até dezembro não concluir a licitação a gente perde. É uma estrutura maravilhosa, um pavilhão grande, com banheiro, com cozinha, com os banco, com luz, com água, tudo que a gente merece, tanto o cliente como o consumidor, porque se a gente tem

que ir se molhar, passar frio a gente vai, mas sabe tudo que um agricultor passa no campo pra produzi e vê ele como eu vi, sexta de novo, sexta não terça que choveu, eu vi a Entrevistada 07 molhada da cabeça aos pés, o Entrevistado 02, a Entrevistada 10, todo mundo molhado é bem complicado, desmotiva (Entrevistada 06, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

Evidencia-se a falta de envolvimento do poder público local na promoção de cadeias curtas de comercialização. Neste sentido, o poder executivo local poderia desenvolver ações e políticas visando fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento local através da promoção dos circuitos curtos de produção e comercialização. Segundo os entrevistados, falta envolvimento e, mais gravemente, os *policy makers* visitam e reconhecem as feiras somente quando isso pode ser usado para a autopromoção.

Só que não tem um envolvimento maior, não tem uma coisa que realmente puxe, não tem uma secretaria do, da agricultura, não tem também, não tem uma participação, se você olha quando que o nosso prefeito visitou a feira, se passou um dia para tira uma foto (Entrevistada 06, Feiras Hugolino Andrade e Praça General Osório).

Outrossim, como entraves no desenvolvimento das feiras emerge a dificuldade dos agricultores em cumprirem as normas sanitárias vigentes na legislação. Tal entrave aparece no discurso de quatro dos dez agricultores feirantes entrevistados, pois, em âmbito geral, optar por mercados informais representa uma alternativa racional para os agricultores manterem a produtividade e obterem renda (WILKINSON, MIOR, 1999).

Eu acho que os entraves assim, de fazer a feira é a vigilância, essa coisa de queijo, e outros produtos sem rótulo que a gente vende, não pode, mas não temos condições de fazer agroindústria e coisa, a gente tenta fazer tudo higienicamente, mas não é os padrões (que a lei estabelece). [...] essa tal de legislação, não é tanto a vigilância, mas a legislação que manda, que foi feito pro grande, não adianta o pequeno nunca tem vez esse é o maior entrave (Entrevistada 01, Feira 13 de Maio).

A falta de divulgação dos espaços das feiras e produtos ofertados também foi elencada como entrave no desenvolvimento das feiras no município:

Oh, eu não sei, aqui a divulgação é pouca, das feiras. Eu acho que é basicamente isso, a gente trabalha meio que sozinha, assim. Cada um que faz o seu comercial, sabe? Se o pessoal fosse mais unido, eu acho que seria melhor (Entrevistada 09, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

Ainda, juntamente com a falta de divulgação, a carência de mão de obra dos produtores foi mencionada como empecilho ao desenvolvimento dos espaços de integração entre produtores-consumidores. Segundo uma entrevistada, os agricultores precisam plantar, colher e embalar os produtos, do contrário, não terão alimentos nas feiras. Ao mesmo tempo, os consumidores precisam saber o que se produz, onde e os dias que é realizada a venda, sendo necessário que os agricultores também trabalhem na divulgação.

[...] tentando divulgar a feira a gente fez folders, não tem quem distribua esses folder pra nós na rua, então oito mil folder e não tem ninguém pra panfletia. Acontece tu tem que produzi e um casal lá com filho as vezes, aí o filho estuda e aí o casal tem que produzi, tem que colhe, embala, arrumar nas condições, traz, faz a feira e volta aí ele sai terça, sai sexta e já sai sábado da propriedade, quando é que ele produz, ainda o tempo que ele ta em casa ele ainda tem que colhe, então vai dificultando aí você vai tentando ajusta tudo pra que ele possa continuar produzindo mas que também ele possa vende (Entrevistada 06, Feiras Hugolino Andrade e Praça General Osório)

Com relação aos entraves para o funcionamento das feiras, os produtores citaram o preconceito com os assentados e com a agricultura familiar de maneira geral. Segundo os entrevistados, os produtores que acessaram as políticas de reforma agrária - desde a implantação dos assentamentos - vêm passando pelo processo de aceitação social, seja na escola, no comércio, entre outros espaços. Santana do Livramento, por ser uma região de grandes propriedades pecuaristas, com características conservadoras, apresenta certa resistência à aceitação do modo de vida e produção dos agricultores assentados, o que implica na busca de políticas públicas adequadas (FERRON, 2019).

[...] eu lembro muito claro que nós sofremos muito preconceito desde na escola quando a gente veio fazer o ensino médio, as professoras se reuniram diversas vezes porque o prefeito na época não queria colocar transporte na zona rural, tinha muitos jovens precisando estudar, tinha jovens já dentro dos assentamentos e ele não queria colocar transporte pro ensino médio[...] nenhuma escola queria recebe os assentados dos sem-terra (Entrevistada 06, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

Neste sentido, os entrevistados foram questionados sobre o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida e o trabalho dos feirantes em Santana do Livramento. Para tanto, ganha destaque: i) a comunicação entre a prefeitura, os agricultores e a vigilância sanitária; ii) a melhorias na infraestrutura de maneira geral, desde as estradas, até o espaço físico das feiras; e iii) a eliminação do preconceito com a produção em pequena escala, desenvolvida pelos agricultores familiares locais.

Com relação às normas da vigilância sanitária, os entrevistados consideram relevante haver maior participação da prefeitura, auxiliando-os nos processos, desde a formação e a capacitação até a facilitação da agroindustrialização dos produtos. Conforme relata uma entrevistada: “Eu acho que seria essa comunicação entre vigilância, prefeitura sabe, a gente tem a comunicação, mas é aquela coisa assim, meia tímida” (Entrevistada 01, Feira 13 de Maio). Ainda é possível verificar no discurso dos entrevistados a necessidade de normas diferenciadas para os agricultores familiares.

O negócio que podia melhorar é que eles proíbem muitas coisas. Tu não pode vender um vender um ovo. Tu não pode, tem vários negócio que nada pode. Eles proíbem muito! Como, por exemplo, a gente vendia feijão descascado; não pode, proibiram. A gente não pode vender, aliás, produto nenhum descascado eles querem. Eu vendia mandioca descascada, eles

não querem também. O problema é que o pessoal não quer com casca, então pra nós fica mais difícil. Se tu planta, tu colhe e tu vem, traz aqui, tem que levar de volta! (Entrevistada 10, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

Já com relação à infraestrutura, percebe-se que essa é uma demanda dos feirantes. Segundo os entrevistados, existe uma pressão do comércio local e isso faz com que as feiras sejam enfraquecidas e não dispunham do apoio público. As redes de supermercados locais, com poder de barganha e renome perante à sociedade e aos políticos locais, vem historicamente desvalorizando a produção e boicotando a comercialização dos agricultores familiares.

[...] essa questão da infraestrutura ela já existe e o pessoal diz que a gente não participa e tudo mais, mas o que que aconteceu conosco e porque que a gente deixou de participa dessas feiras.[...] nós que começamos as feiras em Santana do Livramento juntamente com a Emater⁵ e os pequenos produtores aqui da região, então....muitos locais foram trocados por esse motivo do comércio local, dos supermercados faz com que o poder público nos tirasse daquele lugar, pra não atrapalha a venda do mercado (Entrevistada 03, Feiras 13 de Maio e Terminal da Tamandaré).

Com relação à quebra do preconceito, destaca-se o papel da universidade pública (com conhecimento plural), na divulgação do trabalho realizado pelos agricultores familiares e, principalmente, no esforço de conscientização social, quebrando concepções errôneas e arraigadas acerca dos assentamentos rurais, da agricultura familiar e da produção local de alimentos. Sobretudo, destaca-se o papel da Universidade Federal do Pampa, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, todos com campi em Santana do Livramento.

Eu conversei com a Alessandra (professora da Universidade Federal do Pampa) aquele dia⁶ que eu achava assim muito importante, uma porque você dentro de uma universidade você tá mostrando, a sociedade talvez tenha um preconceito com o colono em si, talvez ele encare a feira de um outro olhar, por estar dentro de uma universidade, você tem um público jovem que vai enxergar e que às vezes consome e talvez também não sabe....pessoas de fora e que talvez isso se torne uma rotina de passa na feira (Entrevistada 06, Feiras Praça General Osório e Hugolino Andrade).

⁵ Emater é o órgão de assistência técnica e extensão rural pública do Estado. O órgão tem foco na agricultura familiar, atua, principalmente, no incremento da produção, produtividade e qualidade dos produtos, no planejamento e gestão das propriedades, tendo como princípios a diversificação produtiva e a agroindustrialização. Em Santana do Livramento, a Emater, tem um importante papel no fortalecimento da agricultura familiar, através do fomento à produção diversificada e na organização dos produtores em associações e na comercialização em cadeias curtas, tanto na organização das feiras, quanto nos programas institucionais.

⁶ Evento científico “Conversas Produtivas: produção orgânica e mostra de produtos orgânicos e agroecológicos” realizado na Universidade Federal do Pampa. Destaca-se que a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), através dos docentes e discentes dos campi de Santana do Livramento, têm realizado uma série de atividades junto aos agricultores familiares locais, dentre elas destaca-se a pesquisa e a extensão junto aos feirantes.

Apesar dos avanços conquistados ao longo dos últimos anos, percebe-se que há muito a ser feito no sentido de consolidar e multiplicar a comercialização em feiras no município. A possibilidade de adquirir alimentos frescos, produzidos na região e que respeitem as dinâmicas de reprodução dos ecossistemas é fundamental ao desenvolvimento. Garantir soberania e segurança alimentar na Campanha Gaúcha perpassa o debate sobre os aspectos de saúde da produção de alimentos, bem como sobre a capacidade das cadeias produtivas locais em gerar trabalho e renda.

5 Considerações finais

Com população de aproximadamente 83 mil habitantes, foi possível identificar somente quatro pontos de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores no município de Santana do Livramento. Ambas surgiram de iniciativas coletivas e institucionais promovidas com o auxílio da Emater, da associação de produtores rurais e do Movimento dos Sem Terra.

As feiras da Praça General Osório e da Rua Hugolino Andrade são fruto da ASPH, além do mais, a Feira da Rua 13 de Maio tem apoio do MST. Já a feira realizada no Terminal Rodoviário da Tamandaré, apesar de ser realizada por assentados da reforma agrária, tem certa autonomia e é realizada sem apoio ou participação de órgãos públicos ou movimentos sociais. Esta última também é realizada em espaço mais precário do ponto de vista de infraestrutura (local onde produtos são expostos na rua, sem cobertura e ou proteção contra sol, chuva e/ou vento) e das condições de trabalho dos feirantes (sem água, banheiro ou qualquer local de apoio).

O modo de comercialização e de relacionamento é distinto entre os espaços estudados. Nas feiras da Rua 13 de Maio e do Terminal Rodoviário da Tamandaré há a relação de cooperação entre os produtores, que se sentem pertencentes ao movimento de promoção das cadeias curtas de comercialização e, dessa forma, ao trabalho coletivo. Já nas feiras da Rua Hugolino Andrade e da Praça General Osório, percebe-se certo individualismo nas ações promovidas pelos agricultores. Das implicações causadas pelo individualismo, destaca-se o conformismo com as debilidades da feira e com a carência de políticas públicas específicas para agricultura familiar. A falta de articulação dos feirantes, sobretudo em momentos de adversidade, acaba contribuindo com a invisibilidade da categoria social perante o poder público e, dessa forma, para o baixo apoio às melhorias no espaço das feiras.

De maneira geral, não há controle rigoroso no que cada feirante produz, tampouco no preço da venda e no custo da produção. Há relativa falta de diálogo e de comprometimento entre os feirantes no momento de estabelecer as atividades da feira, inclusive com a manutenção do espaço, sobretudo quando se trata dos feirantes da Rua Hugolino Andrade.

Dentre as ações passíveis de serem implementadas com vistas ao desenvolvimento dos mercados locais e canais curtos de comercialização em Santana do Livramento, citam-se os esforços em publicidade e comunicação das atividades realizadas pelos feirantes, de modo a oportunizar maior visibilidade aos grupos e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida e o resultado dos trabalhos lá expostos. Ademais, a conscientização social, por meio de ações educativas e de capacitação,

pode ajudar a sociedade santanense a reconhecer o papel desempenhado pelos atores locais no desenvolvimento.

Por fim, cabe salientar que no período da pandemia da covid-19, as medidas de distanciamento social criaram restrições e impediram o funcionamento das feiras livres no município. No entanto, os feirantes em grande medida adotaram como estratégia de reprodução social, nesse período, a venda nos aplicativos e a entrega a domicílio. Um importante grupo que se consolidou e se mantém até os dias atuais é composto pelas agricultoras familiares feirantes ligadas aos movimentos sociais, denominado *Grupo de Economia Solidaria Feminista – Riveramento*. Ainda, uma relevante conquista se consolidou para os feirantes da Associação Santanense de Produtores Hortigranjeiros, os quais recentemente receberam uma verba para a melhoria do espaço físico da feira, na rua na Rua Hugolino Andrade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**, Brasília, DF, jul. 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Agricultura Familiar**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2019.

BROWN, A. Farmers' market research 1940–2000: an inventory and review. **American Journal of Alternative Agriculture**, n. 17, p. 167-176, 2002.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo-RS. In.: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 195-218.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003. (Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP), São Paulo, 2003.

CHUQUILLANQUE, D. A. et al. Caracterização da produção agrícola e dos feirantes da agricultura familiar no município de São Lourenço do Sul-RS. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 2, p. 319-333, mai./ago. 2018.

DEE. Departamento de Economia e Estatística. **DEE Dados**, 2023. Disponível em: <http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/#!/home/apresentacao>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico**, 2018. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santana+do+Livramento>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FERRON, J. L. **Estratégias de reprodução social dos agricultores familiares assentados em Santana do Livramento/RS**. Santana do Livramento, 2019. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2019.

FONSECA, M. H. **Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Tecnológica Federal do Ponta Grossa, Paraná, 2018.

GAZOLLA, M. Cadeias Curtas Agroalimentares na Agroindústria Familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In.: GAZOLLA, M.; SCHENEIDER, S. (orgs.). **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 175-194.

IBF. Instituto Brasileiro de Florestas. **Bioma Pampa**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa>. Acesso em 16 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sant'Ana do Livramento**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santana-do-livramento.html>. Acesso em 03 de abr. 2023.

MACIEL, M. D. A. **Desenvolvimento sustentável e as práticas inovadoras da agricultura familiar: o caso de Santana do Livramento/RS**. Santana do Livramento, 2022. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

MARSDEN, T.; et al. Food Supply Chain Approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, n. 40, p. 424-438, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In.: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 166-194.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JR., V. J. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul v. 14, n. 3, p. 75-102, set./abr. 2009.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, jan./abr. 2020.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. As Cadeias Curtas das Feiras Coloniais e Agroecológicas: Autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n.42, p. 405-441, dez. 2017.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 5, p. 21-36, 2014.

SANSSANOVIEZ, A.; GAZOLLA, M.; MARINI, M. J. Uma análise do programa “SC RURAL” e das políticas públicas locais: o caso da feira da agricultura familiar do município de Xaxim/SC. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, p. 434-453, set. 2019.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas 2020 Santana do Livramento**, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santana_do_Livramento.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In.: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (orgs.). *Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93 - 142

SCHNEIDER, S; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n.27, p.180-219, mai./ago. 2011.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras/MG, v. 17, n. 1, p. 56-71, mai. 2015.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em 20 abr. 2023.

SILVA, M. N. et al. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 47, 2017.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Estratégias e formas de Reprodução Social na Agricultura Familiar da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, p. 1-15, jan./abr. 2018.

TROIAN, A. et al. Estratégias de reprodução social da agricultura familiar: o caso das feiras nos territórios prioritários do RS. In: OLIVEIRA, S. V. de; et al. (Orgs.). **Tecnologias sociais e iniciativas de desenvolvimento sustentável em territórios prioritários do Rio Grande do Sul**. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

VERANO, T. C.; MEDINA, G. S. Comercialização por agricultores familiares em feiras municipais: quantificação, participação, e localização no estado de Goiás. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 4, p. 1045, out./dez. 2019.

WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 29-45, 1999.

Alessandra Troian . Doutora em Desenvolvimento Rural, professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/Unipampa). alessandratroian@unipampa.edu.br

Marcia Luiza Cruz Aguirre. Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. mlc.aguirre93@gmail.com

Sibele Vasconcelos de Oliveira. Doutora em Agronegócios, professora no Programa de Pós-Graduação em Economia & Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria. sibele.oliveira@ufsm.br

Submetido em: 13/09/2021

Aprovado em: 13/04/2023

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTORA

Conceituação (Conceptualization): as três autoras trabalharam na elaboração do referencial teórico.

Curadoria de Dados (Data curation): a coleta de dados primários foi realizada pela Marcia Luiza Aguirre e pela Alessandra Troian.

Análise Formal (Formal analysis): as três autoras escreveram a análise dos dados.

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition):

Investigação/Pesquisa (Investigation): todas as autoras participaram da pesquisa

Metodologia (Methodology): o planejamento e a execução da metodologia proposta foi feito por todas as autoras da pesquisa.

Administração do Projeto (Project administration):

Recursos (Resources):

Software: não foi usado nenhum software

Supervisão/orientação (Supervision): a professora Alessandra orientou a coautora Marica Luiza Aguirre no processo de pesquisa.

Validação (Validation):

Visualização (Visualization):

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): as três autoras escreveram conjuntamente as seções do artigo, de forma colaborativa.

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Alessandra Troian e Sibele Vasconcelos de Oliveira.

Fontes de financiamento: Projeto CNPq INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS SOCIAIS: TRANSFORMAÇÃO E CRIATIVIDADE NAS EXPERIÊNCIAS POPULARES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NO RIO GRANDE DO SUL - Chamada: Chamada Nº 36/2018 - C - Avaliação de Tecnologia Social, Programa Especial de Difusão e Popularização da Ciência E Tecnologia.-